



1 **APROVADA EM 26/01/2022.** ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PLENÁRIA DO  
2 COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LA-  
3 GUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ –GRAVAÇÃO DISPONÍVEL – No dia 27 setem-  
4 bro de 2021, segunda-feira às 14h por videoconferência, reuniu-se a Plenária do CBH-BG  
5 com a seguinte pauta: **1) Análise e validação da matriz de priorização de ações com-**  
6 **pleta enviada pela RHA e preenchimento das lacunas necessárias.** A reunião se inicia.  
7 **1) Análise e validação da matriz de priorização de ações completa enviada pela RHA**  
8 **e preenchimento das lacunas necessárias:** João Coimbra projeta a planilha e a árvore  
9 de Priorização de ação. Heloisa de Puppi e Silva fala a respeito da contribuição do comitê  
10 para preencher as colunas. Pergunta se a Agevap e o comitê conseguirão desempenhar as  
11 diversas ações contínuas. João pergunta qual metodologia utilizada para estimar a receita  
12 da cobrança até o prazo total do Plano e para cada uma das ações. Heloisa responde que  
13 é estimado conforme a demanda hídrica, adaptado do INEA. Sobre as ações, foi utilizado  
14 o valor presente 2022 para todos os anos. Gabriela Reichert sugere, na coluna sobre Prio-  
15 rização Institucional, realizar as considerações dos autores, sobre da ficha no relatório, visto  
16 que já estão bem detalhadas. Heloisa recomenda para uma ordem de execução, estabele-  
17 cer um critério do que precisa ser feito antes desta ação ser realizada. Maria Lobo questiona  
18 qual é o indicador de inflação e o prazo. Heloisa diz que os cálculos são feitos com o valor  
19 presente, sem inflações, sendo reajustado a cada ano. Ana Costa fala sobre alguns pontos  
20 levantados por Heloisa e José Paulo. João conta que a estimativa e detalhes de valores do  
21 Produto foram questionados a RHA no relatório físico. Heloisa reforça sua fala a respeito  
22 das coberturas de risco. Gabriela detalha como foi estipulado o valor. Maria pergunta se  
23 todos os critérios da planilha irão ser debatidos. João informa que irá recorrer à coordena-  
24 ção para decidir tal questão. Heloisa questiona a respeito da Lei 5.234/2008, onde, no mí-  
25 nimo, 70% dos recursos arrecadados pela cobrança da água serão obrigatoriamente apli-  
26 cados em esgotamento e tratamento de afluentes. Pergunta também como foi elaborado o  
27 conjunto de ações. Há um debate sobre a Lei 5.234/2008. Frederico sugere indicar quais  
28 são as áreas de exclusão dos novos contratos de concessão. João relata que as ações não  
29 possuem este detalhe. Frederico comenta também a sobreposição do plano metropolitano  
30 dos municípios. Ana anuncia que o recurso de cobrança passa a ser operacionado através  
31 de repasse automático. Sugere, para o cálculo do custeio, usar o próprio PAP do comitê  
32 como base, e não a metodologia do Paraíba do Sul, já que este é estadual. Heloisa explica  
33 que não é considerada a legislação federal. Aconselha assinalar as ações consideradas de  
34 saneamento, caso tenha que cumprir com a legislação. Maria conta a aprovação, na ALERJ  
35 onde haverá cobrança dos poços artesianos em tempos de estiagem, e a tentativa de apro-  
36 vação um projeto de lei de recursos hídricos em tempos de estiagem. Flávia Lanari Coelho  
37 comenta a importância de prioridades sobre algumas ações. Adriana Bocaiuva explica a  
38 aplicação dos 70% dos recursos do uso da água sobre o setor de saneamento, segundo o  
39 artigo 6°. João cita as 8 contribuições de Constantino sobre as ações para validação do  
40 GTA Plano e alteração do RHA. Se inicia um debate sobre as contribuições. Maria também  
41 expõe suas sugestões. João recomenda adicionar uma ação de manutenção do site e o  
42 desenvolvimento de um novo. José Paulo aconselha trocar a ação 2.4.c pela ideia de João.  
43 Gabriela propõe que as sugestões sejam enviadas na revisão. José Paulo recomenda uma



44 reunião com foco na expectativa do Plano de Manejo com todos os sistemas lagunares.  
45 Gabriela sugere mudar o prazo de entrega do produto. Fica decidido que a reunião será  
46 entre os dias 6 e 7 de outubro de 16h às 17h. José Paulo e João debatem sobre os enca-  
47 minhamentos. A reunião chega ao fim às 18h26.

48

49

José Paulo Azevedo

50 **Coordenador do Grupo Técnico de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídri-**  
51 **cos da Baía de Guanabara**

52

53

54 **Encaminhamentos:**

55 1. Agendar reunião do GTA Plano para a conversa sobre os PMULs (sugestão de datas  
56 foram 06 e 07/10 de 14:00 às 17:00). Confirmar se os especialistas sugeridos pelos  
57 subcomitês poderão participar.

58 2. Enviar o RP07 (V00) entregue pela RHA para as coordenações dos subcomitês, respec-  
59 tivos membros do GTA Plano (facilitadores) e pontos focais do Escritório de Projeto. Dia  
60 10/10 é o prazo para as coordenações dos subcomitês com apoio do Escritório de Pro-  
61 jetos e respectivo membro do GTA Plano sintetizarem as contribuições. Até dia 14/10 os  
62 respectivos membros do GTA Plano com apoio do Escritório de Projetos consolidam as  
63 contribuições para levarem para uma reunião do GTA Plano (a ocorrer no dia 14/10)  
64 para o gestor contrato elaborar nota técnica.

65

66 **Lista de presença:**

67 CCRON – Alexandre Braga; Viva Cosme Velho - Maria Lobo e Luciana Falcão; Apalma -  
68 Flávia Lanari Coelho; CEDAE – Mayná Coutinho, Jorge Muniz e Frederico Menezes Coelho;  
69 INEA - Luiz Constantino; OMA – Brasil - José Paulo Azevedo INEA – Luiz Constantino; RHA  
70 Engenharia e Consultoria: Gabriela Reichert e Heloísa de Puppi e Silva. Secretaria Execu-  
71 tiva (Agevap): Ana Costa, Carolina Martins e João Coimbra.